**REVISTA JURÍDICA DA AMAZÔNIA**

Ano 2 nº 2
ISSN 2965-9426
Submetido em: 25/07/2024
Aprovado em: 28/08/2025
DOI: https://doi.org/10.63043/0jd6v889

# **Sustentabilidade ambiental:** um debate necessário acerca do consumo e a racionalidade ambiental

## **Environmental sustainability***: a necessary debate about consumption and environmental rationality*

**Marcos Geromini Fagundes**

Doutorando em Direito pela Univali. Mestre em Direito pela Unipar-PR. Especialista lato sensu em Direito Processual pela Unama/Rede LFG. Graduado em Direito pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS. Atualmente é Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia. Professor licenciado do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Exerceu as funções de Delegado de Polícia Civil do Estado de Rondônia (2010-2018), de Procurador do Município de Dourados/MS e de Bandeirantes/MS. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3607676554282780, Orcid: https://orcid.org/0009-0007-1455-066X. E-mail: 21854@mpro.mp.br.

**Resumo**

A globalização, a internet e, notadamente, o aquecimento global e a crise hídrica se apresentam como transfigurações da sociedade globalizada de dimensão jamais experimentada pela humanidade, o que exige, das atuais e as vindouras gerações, aprofundamento nas discussões acerca do futuro da humanidade e do planeta. Para tanto, este trabalho busca, por meio da pesquisa bibliográfica e legislativa, apresentar um debate acerca da insustentabilidade do modelo econômico capitalista, fundado no consumo, e a sustentabilidade ambiental, fundada na racionalidade ambiental, para fazer frente a este crucial, emergente e complexo momento da humanidade, sendo que a visão de mundo, dos povos originários, com sua interação sustentável com a natureza, e a educação ambiental, podem contribuir para um modelo econômico fundado na racionalidade ambiental e consequente sustentabilidade do planeta.
**Palavras-chave:** sustentabilidade; princípios; transnacionalidade; globalização.

**Abstract**

Globalization, the internet and, notably, global warming and the water crisis present themselves as transfigurations of a globalized society of a dimension never experienced by humanity, which demands that current and future generations deepen the emerging debate about the future of humanity and of the planet. To this end, economic models of production/market are necessarily included in the debate, as they are vectors of human action as a whole, notably the use of natural resources. Thus, the debate about the unsustainability of the capitalist economic model, based on consumption, and environmental sustainability, based on environmental rationality, to face this crucial and complex moment of humanity, is paramount, given that the worldview of the original peoples, with its sustainable interaction with nature, and environmental education, can contribute to an economic model based on environmental rationality and consequent sustainability of the planet.
**Keywords:** sustainability; principles; transnationality; globalization.

## Introdução

A globalização, a internet e, notadamente, o aquecimento global e a crise hídrica se apresentam como transfigurações da sociedade globalizada de inigualável modificação, cuja dimensão de transformação, jamais experimentada pela humanidade, vem sendo tratada como verdadeira metamorfose, o que exige que as atuais e as vindouras gerações aprofundem o debate emergente sobre o futuro da humanidade e do planeta.

Por essa razão, o presente trabalho possui como objetivo geral apresentar debate acerca da insustentabilidade do atual modelo econômico capitalista, fundado no

consumo, e a sustentabilidade ambiental, fundada na racionalidade ambiental, para fazer frente a este crucial e complexo momento da humanidade.

Para atingir este objetivo, inicia-se discorrendo sobre a globalização e as decisões locais com repercussão mundial, tendo em vista que, com a globalização, o planeta passa a ser um verdadeiro "mundo sem porteira", cuja atuação local acaba por repercutir em vários outros países e até no mundo inteiro. A globalização, marcada pela interconexão entre nações, impacta decisões locais com repercussões mundiais, especialmente na economia, cultura e meio ambiente. Enquanto facilita o comércio e a disseminação de ideias, também intensifica a pressão sobre os recursos naturais e contribui para problemas como o aquecimento global e a perda de biodiversidade.

Em seguida, passa a um diálogo acerca da atual crise hídrica, que é um desafio que exige cooperação entre diversos setores da sociedade, visando à gestão sustentável dos recursos hídricos. O conceito de "Diálogo das Águas" destaca a importância da colaboração para encontrar soluções integradas para a escassez de água.

Também é destacada no trabalho a necessidade de se conhecer e respeitar a importância da visão cultural de mundo dos povos tradicionais, como fonte de sabedoria sobre a harmonia entre o ser humano e a natureza, contrastando com abordagens utilitaristas, e a educação ambiental, destacada como ferramenta essencial para promover a conscientização ecológica e transmitir conhecimentos sobre questões ambientais, visando promover mudanças de comportamento e de valores para uma sociedade mais consciente e comprometida com a preservação ambiental.

Ao fim, o artigo aborda o modelo econômico capitalista, destacando sua ênfase no consumo e no lucro. Enquanto o capitalismo é reconhecido como dominante na maioria dos países, a discussão levanta questões sobre sua sustentabilidade ambiental e a necessidade de se considerar uma abordagem mais racional em relação aos recursos naturais.

Este estudo possui natureza exploratória, com colheita de dados pelo método bibliográfico e legislativo, utilizando-se do método indutivo de pesquisa.

## 1 A globalização e as decisões locais com repercussão mundial: um mundo sem porteira

A globalização é mais do que comércio – trata-se também da movimentação de capital, pessoas e ideias através das fronteiras. Mas, como o comércio está no centro das controvérsias atuais – e porque ilustra com tanta força as questões em jogo – inicia-se esta discussão com foco no comércio.

A globalização é caracterizada pela ausência de fronteiras entre nações para os acontecimentos, faz com que ninguém possa escapar ao global, "isto é, a realidade cosmopolizada – não está apenas "lá fora", mas constitui a realidade estratégica vivida de todos" (Beck, 2018, p. 21).

Fatores positivos, podem ser evidenciados por meio da globalização:

> Fundamentalmente, trata-se da integração mais estreita entre países e povos do mundo, que foi proporcionada pela enorme redução dos custos de transporte e comunicação, e pela quebra de barreiras agrícolas aos fluxos de bens, serviços, capital, conhecimento e (em menor grau) pessoas através das fronteiras. A globalização foi acompanhada pela criação de novas instituições que se uniram às já existentes para trabalhar além das fronteiras. Na arena da sociedade civil internacional, novos grupos, como o movimento Jubileu, que pressiona pela redução da dívida dos países mais pobres, uniram-se a organizações há muito estabelecidas, como a Cruz Vermelha Internacional. A globalização é poderosamente impulsionada por corporações internacionais, que transportam não apenas capital e bens através das fronteiras, mas também tecnologia.
> A globalização também levou a uma atenção renovada a instituições internacionais intergovernamentais há muito estabelecidas: as Nações Unidas, quetentam manter a paz; a Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada originalmente em 1919, que promove sua agenda em todo o mundo sob o lema "trabalho decente"; e a Organização Mundial da Saúde (OMS), que tem se preocupado especialmente em melhorar as condições de saúde no mundo em desenvolvimento[1] (Stiglitiz, 2003, p. 8, tradução própria).

A globalização tem um impacto significativo nas decisões locais, muitas vezes resultando em repercussões em escala mundial. Este fenômeno é evidente em diversos aspectos, desde economia e comércio até cultura e meio ambiente.

Na economia, a globalização facilita o fluxo de bens, serviços e capital entre países, criando interdependências entre as economias locais e globais. Decisões tomadas em um país podem ter consequências em cadeia em todo o mundo. Por exemplo, uma crise financeira em uma região pode afetar os mercados internacionais e causar instabilidade em outros países.

Além disso, a globalização impacta a cultura e a sociedade, promovendo a disseminação de ideias, valores e práticas culturais em todo o mundo. Isso pode levar à homogeneização cultural em alguns aspectos, mas também à diversidade e hibridização cultural em outros.

A globalização também tem impactos negativos significativos para todas as partes do mundo, mas, principalmente, para países da América Latina e sul do globo terrestre:

> Se, em muitos casos, os benefícios da globalização foram menores do que seus defensores alegavam, o preço pago foi maior, pois o meio ambiente foi destruído, os processos políticos foram corrompidos e o ritmo acelerado das mudanças não permitiu aos países tempo para adaptação cultural. As crises que trouxeram em seu rastro o desemprego em massa foram, por sua vez,

1 Texto original: Fundamentally, it is the closest integration of the countries and peoples of the world which has been brought about by the enormous reduction of costs of transportation and communication, and the breaking down of aruficial barriers to the flows of goods, services, capital, knowledge. And (to a lesser extent) people across borders. Globalization has been accompanied by the creation of new institutions that have joined with existing ones to work across borders. In the arena of international civil society, new groups, like the Jubilee movement pushing for debt reduction for the poorest countries, have joined long established organizations like the International Red Cross. Globalization is powerfully driven by international corporations, which move not only capital and goods across borders but also technology. Globalization has also led to renewed attention to long-established international intergovernmental institutions: the United Nations, which attempts to maintain peace; the International Labor Organization (ILO), originally created in 1919, which promotes its agenda around the world under its slogan "decent work"; and the World Health Organization (WHO), which has been especially concerned with improving health conditions in the developing world.

> seguidas por problemas de dissolução social de longo prazo – da violência urbana na América Latina a conflitos étnicos em outras partes do mundo, como a Indonésia[2] (Stiglitiz, 2003, p. 8, tradução própria).

No meio ambiente, estes impactos se verificam, principalmente, pela expansão da produção e comércio, vez que, com a globalização, houve um vertiginoso aumento na produção e no comércio de bens e serviços em todo o mundo, com uma maior pressão sobre os recursos naturais, como água, solo e energia, bem como ao aumento da poluição, associada à produção e ao transporte de mercadorias, que acaba por elevar o aquecimento global, derretimento de geleiras e subida dos oceanos.

A demanda por *commodities* em âmbito global, como de madeira, grãos e carne, tem ocasionado desmatamento de florestas de forma ilegal em várias partes do mundo. Isso resulta na perda de *habitats* naturais e na diminuição da biodiversidade, afetando negativamente os ecossistemas locais e globais e contribuindo com o aquecimento global.

A emissões de gases de efeito estufa, em razão do aumento do consumo na produção industrial e comercial internacional, contribui para as mudanças climáticas e seus impactos no meio ambiente, como o aumento das temperaturas, eventos climáticos extremos e a acidificação dos oceanos.

Contudo, a globalização também pode ter impactos positivos no meio ambiente, como no caso da transferência de tecnologias mais limpas e práticas sustentáveis entre empresas transnacionais, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Com relação aos Estados soberanos, a globalização também trouxe maior conscientização e cooperação internacional em questões ambientais. A Governança ambiental, por meio acordos e tratados internacionais, como o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica, são exemplos de esforços globalizados para lidar com desafios ambientais compartilhados.

Em resumo, a globalização tem uma série de impactos negativos complexos no meio ambiente que variam de intensidade e dimensão, considerando aspectos locais e regionais, e podendo alcançar todo o planeta, como se verifica no caso do aquecimento global.

Não obstante, por meio da globalização, também, podem ser obtidos impactos positivos ao meio ambiente, o que deve ser buscado por todos, notadamente pelas autoridades e empresas transnacionais.

2 Texto original: If, in too many instances, the benefits of globalization have been less than its advocates claini, the price paid has been greater, as the environment has been destroyed, as political processes have been corrupted, and as the rapid pace of change has not allowed countries time for cultural adaptation. The crises that have brought in their wake massive unemployment have, in turn, been followed by longerterm problems of social dissolution-from urban violence in Latin America to ethnic conflicts in other parts of the world, such as Indonesia.

## 2 Do aquecimento global e da crise hídrica: diálogos necessários

O aquecimento global refere-se ao aumento gradual da temperatura média da superfície da Terra, causado, principalmente, pelo aumento das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera. Esse aumento da temperatura tem consequências significativas, como o derretimento das calotas polares e geleiras, elevação do nível do mar, mudanças nos padrões climáticos, aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, entre outros impactos ambientais, sociais e econômicos, colocando em risco toda a biodiversidade no planeta e, até mesmo, a existência humana.

Para lidar com esses problemas, é crucial que adotemos medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, através de políticas de energia limpa, eficiência energética, conservação de florestas e adoção de práticas sustentáveis como um todo.

O "Diálogo das Águas" se refere à necessidade de promover o debate e a cooperação entre diferentes setores da sociedade para lidar com questões relacionadas à crise hídrica. Nesse contexto, o diálogo envolve governos, comunidades locais, empresas, organizações não governamentais e outros *stakeholders* interessados na gestão sustentável dos recursos hídricos. O objetivo é encontrar soluções integradas e colaborativas para enfrentar os desafios decorrentes da escassez de água, promovendo o uso eficiente, a conservação e a preservação dos recursos hídricos.

Essa nova realidade do mundo evidencia uma abrupta alteração da sociedade moderna e traz consequências para todos, independentemente de fronteiras, razão pela qual Ulrich Beck introduz uma nova teoria para tentar explicar esse crítico momento pelo qual passa a sociedade, denominando-o de teoria da metamorfose do mundo. A teoria da metamorfose do mundo de Beck (2018, p. 16):

> […] vai além da teoria da sociedade de risco mundial: ela não trata dos efeitos colaterais negativos dos bens, mas dos efeitos colaterais positivos dos males. Estes produzem horizontes normativos de bens comuns e nos impele para além da moldura nacional, rumo a uma perspectiva cosmopolita.

Assim, deve haver um diálogo e medidas multifacetadas por toda a comunidade internacional, como os tratados internacionais. Esse diálogo pode incluir discussões sobre políticas públicas, investimentos em infraestrutura hídrica, educação ambiental e mudanças de comportamento para garantir a sustentabilidade do planeta e a disponibilidade de água para as presentes e futuras gerações futuras.

## 3 A harmonia de convivência do ser humano com a natureza: a visão cultural de mundo dos povos tradicionais

O consumo em massa, por meio da industrialização, e o avanço da tecnologia trouxeram diversos benefícios para a humanidade. Não obstante, também incutiu a falsa ideia de que os recursos naturais poderiam ser utilizados sem limites e que as consequências dessa utilização desenfreada seriam mitigadas pelas novas tecnologias.

Contudo, essa dicotomia (consumo desenfreado de um lado e tecnologia, como meio de salvaguarda, do outro) não se mostrou aplicável concretamente. Pelo contrário, tem criado diversas incertezas quanto ao futuro do planeta e da humanidade, notadamente quanto às mudanças climáticas, sendo esta objeto de especial preocupação.

O ser humano sempre buscou prever o futuro, mas como se tinha uma visão trágica do mundo ante a predestinação e o caráter inelutável da fatalidade dos fatos humanos, na era moderna, o Iluminismo da razão procurou construir um mundo assegurado, baseado no controle e na previsão oferecidos pela ciência objetiva e na capacidade transformadora da tecnologia sobre as forças da natureza e sobre os poderes da magia.

No entanto, a racionalidade científica – em sua intenção de alcançar a objetividade, a verdade e a certeza – falhou em seu propósito mais importante: o de construir um mundo previsível, controlável, seguro e transparente.

> Este ideal de racionalidade gerou um forçamento da razão para eliminar todo traço de "irracionalidade" no ser humano, induzindo um juízo moral, uma norma de comportamento, uma escolha racional (*rational choice*) e submetendo aos ditames da ciência e ao imperativo categórico de seus instrumentos de cálculo, de maneira que se pudesse prever o comportamento futuro da natureza, da economia, da vida. Seu projeto não foi outro que o de tornar o comportamento humano funcional às condições do crescimento do sistema econômico e à ordem necessária para que sejam cumpridas suas generalizações teóricas. Desse modo, a ciência humana, seguindo o modelo mecanicista da origem das ciências naturais, distancia-se cada vez mais da condição humana. A teoria econômica e social deixou de representar o real para se converter em um modelo de simulação que, através de um processo de racionalização social – de uma estratégia de poder no saber e de uma engenharia social – construiu uma realidade à sua imagem e semelhança, precipitando-se no horizonte do desconhecimento, do risco e da incerteza (Leff, 2010, p. 68).

Contudo, atualmente, a ficção científica já não mais existe, pois a ficção instalou-se no próprio corpo da ciência, diluindo seu poder preditivo, mostrando que a incerteza e o caos são condições intrínsecas e inelutáveis da ordem do mundo, do homem e da natureza.

Assim, Enrique Leff sustenta que:

> A generalização da racionalidade científica e tecnológica a todas as ordens do ser, unidas ao projeto de globalização da racionalidade econômica, está acelerando o risco ecológico ao contrariar a organização da vida e ao desativar processos equilibrantes dos ecossistemas, acelerando a morte entrópica do planeta (Leff, 2010, p. 69).

Dessa forma, conclui o autor:

> Nessa perspectiva, a gestão racional e científica do risco aparece como um propósito frágil diante das estratégias fatais de uma racionalidade econômica que não consegue escapar de sua inércia de crescimento, que a induz a destruir suas condições ecológicas de sustentabilidade, a operar nutrindo-se do sempre crescente consumo da matéria (de matéria e energia) e que, seguindo as leis da entropia, gera uma emissão crescente de gases do efeito estufa e de calor, como a forma mais degradada de energia em nosso planeta vivo (Leff, 2010, p. 69).

A harmonia de convivência do ser humano com a natureza é um tema relevante e frequentemente discutido, especialmente à luz da crescente preocupação com a sustentabilidade e a preservação ambiental. A visão cultural de mundo dos povos tradicionais oferece uma abordagem única e valiosa para entender essa relação.

Os povos tradicionais frequentemente mantêm profunda conexão com a natureza, vendo-a não apenas como recurso a ser explorado, mas como entidade sagrada e vital para sua própria existência. Suas práticas culturais e cosmológicas, muitas vezes, refletem essa reverência pela natureza, uma relação de respeito e equilíbrio.

Essas comunidades, em sua maioria, adotam sistemas de conhecimento ecológico profundo, transmitidos oralmente de geração em geração, que demonstram uma compreensão intricada dos ecossistemas locais, suas interconexões e ciclos naturais, utilizando-se, da natureza, apenas do necessário para a sobrevivência.

Essa sabedoria indígena muitas vezes contrasta com a abordagem mais utilitarista e exploratória predominante em sociedades modernas.

Ao reconhecer e valorizar a visão cultural de mundo dos povos tradicionais, podemos aprender importantes lições sobre como viver em harmonia com a natureza, promovendo práticas sustentáveis, respeitando a biodiversidade e reconhecendo a interdependência entre todos os seres vivos e o meio ambiente.

## 4 A educação ambiental como perspectiva para o desenvolvimento sustentável

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 225, § 1º, VI, que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Além de ser um poder-dever constitucional imposto ao Poder Público, é direito fundamental do cidadão em receber todos os esclarecimentos, o que ainda é vilipendiado pelo Poder Público.

A educação ambiental é fundamental para promover a conscientização ecológica e alcançar o desenvolvimento sustentável. Ela engloba um conjunto de práticas e conhecimentos que visam sensibilizar as pessoas sobre a importância de preservar o meio ambiente e utilizar os recursos naturais de forma responsável.

Ao integrar a educação ambiental como uma perspectiva para o desenvolvimento sustentável, busca-se não apenas transmitir informações sobre questões ambientais, mas também promover uma mudança de comportamento e valores em relação ao meio ambiente. Isso envolve incentivar práticas sustentáveis em diversos aspectos da vida cotidiana, como consumo consciente, gestão de resíduos, conservação da biodiversidade e uso racional dos recursos naturais.

Em 2003, a Assembleia Geral das Nações Unidas, reconhecendo que a educação é indispensável ao desenvolvimento sustentável, proclamou os anos de 2005 a 2014 como sendo o Decênio das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Dnueds), designando à Unesco a responsabilidade por sua promoção. Para tanto, foi criado um Plano Internacional de Implementação, contendo as metas a serem alcançadas. Pelo plano, verifica-se que o objetivo era:

> A visão da educação para o desenvolvimento sustentável é a de um mundo onde todos tenham a oportunidade de se beneficiar de uma educação de qualidade e de aprender os valores, comportamento e estilos de vida requeridos para o desenvolvimento sustentável e para uma transformação social positiva (UNESCO, 2004).

A educação ambiental pode ser aplicada em diferentes contextos, como escolas, empresas, comunidades, igrejas e governos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente e comprometida com a preservação ambiental.

Como bem rememora Marcos Reigota (2012), grandes são os desafios de implementação de uma educação ambiental, ante a complexa heterogeneidade dos atores sociais:

> A Educação Ambiental como campo emergente poderá ser consolidada nas próximas décadas, momento esse em que os conflitos, problemas e controvérsias socioambientais tendem a ficar cada vez mais complexos. Consolidado, o campo da Educação Ambiental estará longe de ser homogêneo, como reflexo do contexto político, cultural, científico e ecológico em que vivem e atuam os sujeitos (Reigota, 2012, p. 20).

É por meio da educação ambiental que podemos realizar transformações positivas para formar cidadãos capazes de agir de forma responsável em relação ao meio ambiente e promover um desenvolvimento sustentável que atenda às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras.

## 5 O consumo como base de modelo econômico *versus* racionalidade ambiental

O capitalismo, apesar de sofrer algumas ramificações, a depender do país, é o modelo capitalista adotado na grande maioria dos Estados soberanos no mundo.

Alguns países acabam por incorporar elementos de outros sistemas econômicos, como o do socialismo, em suas políticas econômicas, mas tendo o capitalismo como base, como é o caso do Brasil, em que há uma combinação de elementos do livre mercado (capitalismo) e intervenção do governo na economia (socialismo). O governo desempenha papel significativo na regulação econômica, política fiscal e monetária, bem como na promoção do desenvolvimento social e econômico por meio de políticas públicas e programas sociais, contudo, o faz como forma de exceção, vez que a livre iniciativa prepondera no sistema econômico brasileiro.

O capitalismo é reconhecido como sendo um sistema econômico que prevê propriedade privada dos meios de produção e consumo e distribuição de bens e serviços com base no lucro, conforme ensinamentos de Cristiane Derani (2008, p. 78),

> Toda teoria keynesiana de bem-estar assenta-se na produção e consumo. Aquela como motivadora e regulamentadora deste, e este como fomentador daquela. Constrói-se um ciclo de interdependência com o objetivo de provocar um constante aumento da produção, criando uma lógica de crescimento como remédio à recessão. Sob o ângulo do investidor, o aumento da produção econômica serve ao aumento do lucro. Para o sucesso de uma política econômica, é necessário garantir a satisfação do investidor. Aplica-se a lógica, segundo a qual o que for para o bem-estar de uma população deve iniciar-se da garantia do lucro daquele que investe, pois ele detém o start da produção. Assim, aumento da produção relaciona-se à garantia de lucro, e a ele está vinculada a realização do bem-estar geral. O consumo é dependente da produção, não o contrário. Como exemplo tomo a afirmação de Keynes: "Com a queda abrupta da taxa de juros durante um tempo suficiente para mostrar que não está havendo construção de capital, os fatos apontam para a necessidade de grandes mudanças sociais visando ao aumento do consumo.

Esse grande crescimento econômico, sustentado pelo consumo, não é garantia de desenvolvimento dos povos, conforme rememora Vecchiatti (2004, p. 90):

> [...] uma das conclusões óbvias e coerentes que pode ser extraída desse cenário de contrastes é que o crescimento econômico, por si só, não traz o desenvolvimento. Na prática, a equação que relaciona crescimento e desenvolvimento, ainda não está com suas variáveis equilibradas; ela ainda desafia os economistas questionando se o desenvolvimento socialmente integro e ambientalmente sustentável estaria na contramão do crescimento econômico.

O modelo capitalista da pós-modernidade, que pretendia levar à igualdade, à fraternidade e à liberdade, importante, em sua época, pois representava uma ruptura histórica, acabou por construir uma racionalidade que estruturou o mundo a partir de

um modo de pensar que, atualmente, não se mostra somente injusto e desigual, mas fundamentalmente insustentável.

Dessa forma, o modelo econômico baseado no consumo é caracterizado pela priorização do crescimento econômico através do aumento do consumo de bens e serviços. Esse modelo muitas vezes valoriza o consumo como indicador de sucesso econômico e bem-estar social, incentivando as pessoas a adquirirem mais produtos e serviços. Contudo, este modelo econômico acaba por gerar um ciclo de crescimento baseado num consumo desordenado, trazendo, como consequência, a estimulação da destruição das condições ecológicas de sobrevivência no Planeta Terra.

Por outro lado, a racionalidade ambiental questiona esse modelo, destacando os impactos negativos que o consumo excessivo pode ter no meio ambiente e na sustentabilidade do planeta. Ela propõe uma abordagem mais equilibrada, em que o desenvolvimento econômico é alcançado de forma a respeitar os limites ecológicos do planeta, promovendo práticas de consumo mais conscientes e sustentáveis.

Essa dicotomia entre o modelo econômico baseado no consumo e a racionalidade ambiental levanta questões importantes sobre como equilibrar o crescimento econômico com a preservação ambiental e a qualidade de vida das futuras gerações. O debate sobre esses temas é fundamental para a construção de um modelo econômico mais sustentável e inclusivo.

Segundo o autor Edward Wilson Osborne (2002, p. 63):

> A riqueza do mundo, se medida pelo produto interno bruto e pelo consumo per capita, está aumentando. Entretanto, se calculada pelo estado da biosfera, está diminuindo. O estado da segunda economia, que poderia ser chamada de economia natural, em contraste com a primeira, a economia de mercado, pode ser medido pelo estado dos ecossistemas florestais, fluviais e marítimos. Extraído dos arquivos de dados do Banco Mundial e dos programas de Desenvolvimento e Ambiente das Nações Unidas, e condensado em um índice do Planeta Vivo, o resultado desta medida constitui uma importante alternativa para índices mais conhecidos, como o PIB e os índices das bolsas de valores. Entre 1970 e 1995, o índice, calculado pelo fundo Mundial pela Natureza, caiu 30%. No início da década de 1990, a taxa de queda havia aumentado para 3% ao ano. Tudo indica que a tendência irá se manter nos próximos anos.

Assim, a insuficiência da ciência em prever e antecipar acontecimentos catastróficos e em se dedicar com sucesso a uma gestão científica do risco ecológico, abriu campo para a ciência pós normal, relacionada com a incerteza, para orientar políticas e para uma tomada de decisão participativa, razão que o valor da sobrevivência exige a aplicação de um princípio precautório.

A fé cega na mão invisível e nos mecanismos do mercado, assim como no poder inovador da tecnologia, desqualifica qualquer previsão baseada na ciência e sobretudo nos valores da vida alheios aos princípios da racionalidade dominante.

De tamanha excepcionalidade, que os conceitos/noções de mudança, disponíveis para a ciência social, como evolução, revolução e transformação, tem se mostrado insuficiente para definir a tamanha alteração da forma de agir da sociedade moderna, que tem refletido em eventos globais jamais vistos, razão pela qual pode se afirmar que o mundo não está apenas mudando, mas está se "metamorfoseando":

> Mudança implica que algumas coisas mudam, porém outras permanecem iguais – capitalismo muda, mas alguns aspectos do capitalismo continuam como sempre foram. A metamorfose implica uma transformação muito mais radical, em que as velhas certezas da sociedade moderna estão desaparecendo e algo inteiramente novo emerge. Para compreender essa metamorfose do mundo é necessário explorar os novos começos, focalizar o que está emergindo a partir do velho e buscar apreender estruturas e normas futuras na confusão do presente. Tomemos a mudança climática: grande parte do debate sobre mudança climática concentrou-se em saber se ela está ou não realmente ocorrendo e, se estiver, o que podemos fazer para detê-la ou contê-la. Mas essa ênfase em soluções na cega para o fato de que a mudança climática é um agente de metamorfose. Ela já alterou nossa maneira de estar no mundo – a maneira como vivemos no mundo, pensamos a respeito dele procuramos agir sobre ele através da ação social e da política. A elevação do nível do mar cria novas paisagens de desigualdade – desenhando outros mapas-múndi cujas linhas principais não são fronteiras tradicionais entre Estados-nação, mas elevações acima do nível do mar. Isso cria uma forma inteiramente diferente de conceitua o mundo e nossas chances de sobrevivência dentro dele (Beck, 2018, p. 15-16).

Segundo Enrique Leff, a sociedade pós-moderna passa por uma crise, pois, ao pretender levar à igualdade, à fraternidade e à liberdade, importante, em sua época, vez que representava uma ruptura histórica, acabou por construir uma racionalidade, que estruturou o mundo a partir de um modo de pensar o mundo que hoje se mostra não somente injusto e desigual, mas fundamentalmente insustentável.

Citando Martin Heidegger, que, segundo Enrique Leff, foi o maior filósofo do século XX, apesar de ser um homem questionável em seus valores humanos e por sua cumplicidade com o regime nazista, era de uma lucidez excepcional que renovou a filosofia e trouxe um novo pensamento sobre essa construção histórica, rememora, Enrique Leff (2010), que Heidegger dizia que a humanidade havia cometido um erro histórico no momento em que o pensamento grego dissociou o conceito do ser do conceito do ente:

> Desde que começamos a pensar o mundo, o ser das coisas e o próprio ser humano são pensados como entes; e a partir dessa origem há uma transição para todo esse processo que foi sendo consolidado e garantido na modernidade com os princípios da própria ciência; da objetividade da ciência que pretendeu apreender, conhecer e controlar o mundo através de um conhecimento certo, de uma verdade que somente podia ser problematizada pelo surgimento de novos paradigmas científicos mais abrangentes que os anteriores, mas que estava desvinculada do sentido do ser (Leff, 2010, p. 84).

Assim, construiu-se uma relação de conhecimento que objetivava o mundo; a natureza deixou de ser natureza para ser objeto científico, objeto de conhecimento, matéria-prima e meios de produção. Todos os entes e coisas do mundo foram traduzidos em valores econômicos, e essa virada é talvez a fonte mais profunda da crise ambiental, por ser a crise ambiental essencialmente uma crise de conhecimento.

A racionalidade econômica não é uma evolução natural do pensamento humano, mas se origina de uma estratégia de poder, do capitalismo mercantil, das primeiras conquistas dos territórios conhecidos na época como as Índias e hoje como o Sul.

Esse pensamento colonizador se fundamenta nas seguintes premissas:

> [...] a busca da universalidade do pensamento, a unidade da ciência, a ideia do uno, a identidade pensada como A igual a A, você igual a mim, o *alter ego*, que para ser compreendido tem que se parecer comigo, tem que pensar a partir da minha racionalidade, a partir da minha visão do mundo. É essa ideia de Uno, do deus único 5 que organiza o mundo em uma unidade, em um universo, que está entrando em crise. No círculo do pensamento único bloqueou-se o caminho civilizatório que a humanidade havia seguido em toda sua diversidade cultural e natural desde que a Terra passou a ser um planeta vivo, desde que surgiram as primeiras culturas, as primeiras civilizações que foram coevoluindo com a natureza (Leff, 2010, p. 84-85).

Assim, não há dúvida de que outra economia baseada na racionalidade ambiental é imperativa, necessária e possível.

Essa economia fundamenta-se no princípio da produtividade ecológica do planeta, único eternamente sustentável, que varia de um ecossistema para outro e de uma região para outra, e tem, como alma, os valores culturais, com seus saberes, seus conhecimentos, sua natureza, recriando e abrindo o fluxo de possibilidades de coevolução, articulando o pensamento humano com o potencial da natureza. Biodiversidade é natureza mais cultura. A implantação desta economia ecológica é um grande desafio, pois significa desconstruir a globalização unitária e guiada pelo valor de mercado, para construir uma globalização orientada pela interconexão de uma diversidade de possibilidades de recriação produtiva dos povos com “suas naturezas”.

Daí a importância de se restabelecer os espaços produtivos e territórios de vida no âmbito rural, a população indígena e tradicionais.

As reservas extrativistas, notadamente com os seringueiros no Brasil, têm sido exemplo de experiências que buscam essa reaproximação cultural com a natureza.

## Considerações finais

É urgente a necessidade de repensar o modelo econômico capitalista diante dos desafios globais de sustentabilidade ambiental.

A análise realizada ao longo do estudo evidencia a interconexão entre a globalização, a crise hídrica e a necessidade de promover uma convivência harmoniosa entre o ser humano e a natureza de forma planetária.

Fica claro que a globalização, embora tenha trazido benefícios em termos de intercâmbio cultural e econômico, também intensificou a pressão sobre os recursos naturais e contribuiu para problemas ambientais como o aquecimento global e a perda de biodiversidade.

A crise hídrica e o aquecimento global são exemplos concretos dos desafios enfrentados em escala global, exigindo ações coordenadas e integradas para garantir a biodiversidade e água para as gerações futuras.

A visão cultural de mundo dos povos tradicionais oferece valiosas lições sobre a importância do respeito e equilíbrio na relação com o meio ambiente, destacando a necessidade de incorporar essa sabedoria ancestral em nossas práticas e políticas ambientais.

A educação ambiental emerge como ferramenta fundamental para promover mudança de paradigma em relação ao meio ambiente, capacitando as pessoas a adotarem práticas sustentáveis em seu cotidiano e incentivando maior conscientização sobre os impactos de nossas ações no planeta.

Por fim, o modelo econômico capitalista é questionado em sua capacidade de garantir o bem-estar humano sem comprometer a saúde do planeta. Diante disso, são necessários esforços para repensar as bases do sistema econômico, priorizando a racionalidade ambiental e a promoção de um desenvolvimento sustentável que atenda às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras.

## Referências


BECK, Ulrich. **A Metamorfose do mundo:** novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico:** lições de filosofia do direito. Trad. Márcio Pugliesi, Edson Bini, Carlos Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. São Paulo, 2008.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LENCLUD, Gérard. A tradição não é mais o que era... sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia. **Revista do programa de pós-graduação em história da UnB**. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013. https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/download/10713/9408/191. Acesso em: 27 nov. 2023.

NEVES, Marcelo. **Transconstitucionalismo**. São Paulo: WMG Martins Fontes, 2009.

REIGOTA, Marcos. Educação Ambiental: a emergência de um campo científico. **Revista Perspectiva**, v. 30, n. 2, p. 499-520, maio/ago. 2012. https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2012v30n2p499/23328. Acesso em: 13 ago. 2026.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalization and its Discontents**. New York: W. W. Norton & Company, 2002.

UNESCO. **United Nations Decade of Education for Sustainable Development 2004-2005** – Draft International Implementation Scheme, New York, October 2004. https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000139937_por&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_1b59166c-ce6e-4e60-9099-8ddcd98974ab%3F_%3D139937por.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000139937_por/PDF/139937por.pdf#%5B%7B%22num%22%3A323%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2C40%2C597%2C0%5D. Acesso em: 08 fev. 2024.

VECCHIATTI, Karin. **Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável:** do reducionismo à valorização da cultura. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2004.

WARAT, Luiz Alberto e PÊPE, Albano M. **Filosofia do Direito**: uma Introdução Crítica**,** São Paulo: Ed. Moderna, 1996.

WILSON, Edward Osborne. **O futuro da vida**: um estudo da biosfera para a proteção de todas as espécies, inclusive a humana. Trad. Ronaldo Sérgio de Biasi. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico.** São Paulo: Saraiva, 2009.